

Estudos Críticos em Negócios Internacionais: Uma Proposta de Diálogo

Autoria: Nicole Spohr, Rafael Alcadipani

Resumo

Apesar de a área conhecida como Negócios Internacionais estar crescendo no Brasil e no mundo, as pesquisas no campo tem sido dominadas por vertentes funcionalistas que ignoram questões de poder. Além disso, a operação de empresas multinacionais em particular e negócios internacionais em geral está longe de ser não problemática. Diante disso, o objetivo deste artigo é defender a abordagem crítica como uma forma de se realizar pesquisas na área no Brasil. Para tanto, recontamos as origens do campo, mostramos sua resistência à adoção de abordagens críticas, buscamos desnaturalizá-lo para propor a de-colonização como uma alternativa para o campo.

Palavras-chave: negócios internacionais, pós-colonialismo, desnaturalização.

1) Introdução

A área conhecida como Negócios Internacionais ou *International business and management studies* (IBMS) tem crescido no Brasil de forma significativa nos últimos anos. Os sinais são inequívocos: há um periódico exclusivamente focado na área (InternexT), publicado desde o ano de 2006, ocorreu a criação de um tema dentro da Divisão de Estratégia Organizacional nos encontros da Anpad em 2009 cujas submissões crescem anualmente, houve a realização da conferência anual da *Academy of International Business* (AIB) no Rio de Janeiro em 2010 e há um crescente número de pesquisadores ligados à área em instituições de prestígio como FEA-USP, ESPM, FGV-EAESP, PUC-RJ, FGV-EBAPE, entre outras. O quadro é totalmente diferente dos anos de 1980 e 1990, quando IBMS era algo periférico nos estudos sobre administração e organizações.

O aumento do interesse por IBMS não se limita ao Brasil. O crescimento do campo no país acompanha uma tendência internacional, já que os encontros da AIB têm atraído cada vez mais acadêmicos, periódicos como o JIBS – *Journal of International Business Studies* – estão ganhando cada vez mais prestígio e faculdades e universidades em diferentes países da Europa e dos EUA têm aberto posições para professores na área como nunca antes. Muito embora pesquisas em IBMS sejam realizadas desde a década de 1950, a área nunca foi tão atrativa e teve tanto destaque quanto hoje. Na superfície, pode-se argumentar que isso se dá pelo fato de que empresas de diferentes países estão buscando mercados internacionais e diferentes desafios ligados à internacionalização de organizações afetam os negócios e a vida das pessoas. Acreditamos que esta é uma explicação parcial como argumentaremos no final deste texto.

Desde suas origens, o conhecimento em organizações e administração tem sido dominado por vertentes funcionalistas que tendem a ignorar questões de poder (Alvesson e Willmott, 1997) e a face repugnante das organizações (Morgan, 1986). No caso específico da academia nacional em administração, diferentes avaliações indicam que importamos referenciais teóricos e metodológicos de países centrais e, muitas vezes, (re)produzimos um conhecimento pouco adequado ao contexto e à realidade do nosso país e das nossas organizações (ver Vergara, 2001; Rodrigues e Carrieri, 2001). Assim, o conhecimento em administração no Brasil em suas diversas subáreas parece viver da sina daquilo que Schwartz (1973) chama de “ideias fora do lugar”.

Além disso, a presença de empresas multinacionais (MNCs) no nosso país está longe de ser não problemática. Rodrigues (2013) mostra como multinacionais europeias trouxeram para o Brasil fábricas proibidas na Europa e nos Estados Unidos (EUA) que causaram não só danos irreversíveis à saúde de centenas de trabalhadores como também mortes. Ademais, as ações de muitas empresas brasileiras em países da África, Ásia e América Latina são cercadas de mistérios no que tange ao seu relacionamento com governos corruptos ou ditatoriais e no tratamento de trabalhadores em países com legislações trabalhistas precárias. Consideramos estas como questões centrais na prática da internacionalização de empresas, entretanto as pesquisas no campo de IBMS, em sua vasta maioria no Brasil, não levam em conta aspectos de poder, ideologia, controle, dominação, opressão e construção de desigualdades enquanto os Negócios Internacionais acontecem.

Outro aspecto importante é a adequação das teorias tradicionais de internacionalização como, por exemplo, as propostas por Vernon (1966), Johanson e Vahlne (1977) e Dunning (1988) e seus desenvolvimentos recentes para explicar as estratégias utilizadas por multinacionais originadas em países fora do eixo EUA-Europa. Spohr e Silveira (2012) destacam a necessidade de expansão das teorias tradicionais anglo-americanas para entender a

internacionalização de empresas de países emergentes, como as brasileiras. Entretanto, em termos teóricos, a grande maioria das pesquisas reproduz modelos e teorias geradas nos EUA e na Europa, deixando de considerar até que ponto este conhecimento nos ajuda a compreender a realidade brasileira. Frente a isso, é possível argumentar que a despeito de sua crescente importância, o IBMS no Brasil não tem se fundamentado em perspectivas críticas e reflexivas.

Há uma longa tradição de pensamento crítico em estudos sobre Organizações e Administração em nosso país (e.x.: Guerreiro Ramos, 1981; Tragtenberg, 1980; Prestes Motta, 1986). A perspectiva crítica em organizações e administração procura analisar e denunciar práticas organizacionais opressivas e/ou maléficas para a sociedade (ex.: trabalho escravo, crimes ambientais, assédio moral, corrupção, etc.) por meio de uma perspectiva teórica crítica (ex.: marxismo e suas derivações, perspectivas pós-estruturalistas). Tais estudos tendem a seguir uma postura reflexiva, buscam desnaturalizar as organizações, suas práticas e o conhecimento a seu respeito, além de não possuir uma preocupação com a melhoria do desempenho organizacional (Davel e Alcadipani, 2003; Fournier e Grey, 2000; Paes de Paula, 2008). Na Europa, Austrália e Estados Unidos, pesquisadores têm se preocupado em oferecer uma lente crítica para compreender os negócios internacionais. Por exemplo, desde 2005 está sendo editado o periódico *Critical Perspectives on International Business* (CPOIB – Qualis A2) e até mesmo o consagrado periódico *Academy of Management Journal* dedicou um número especial para uma visão crítica de Negócios Internacionais (Jack et al., 2008). Frente a isso, o objetivo deste artigo é defender a abordagem crítica como uma forma de se realizar pesquisas em Negócios Internacionais no Brasil. Para tanto, na próxima parte do artigo procuraremos desnaturalizar o IBMS para depois indicar como podemos pensar em decolonizar a área.

2) Desnaturalizando o IBMS

Conforme destacamos acima, uma das características das abordagens críticas é não tomar como natural os fenômenos administrativo e organizacional, mostrando suas origens, incoerências e vicissitudes. O objetivo central da desnaturalização é discutir como as coisas não precisam ser necessariamente como elas são e que foram construídas de uma maneira particular e que, por isso, podem ser diferentes (Fournier e Grey, 2000; Alcadipani e Hassard, 2010). Nesta sessão, buscaremos desnaturalizar o campo de IBMS, indicando como ele é originário de um contexto histórico específico e particular e apresenta aparentes incongruências e vicissitudes que precisam ser discutidas.

2.1) (Re)contando as Origens do IBMS

Há pesquisas que sugerem que o IBMS é, além de um campo de estudo, um discurso que emergiu no contexto pós Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos (Westwood e Jack, 2008) para nos anos seguintes difundir-se pela Europa (Roberts e Dorrenbacher, 2012). Entre as principais condições para seu surgimento, estão: a) a crescente internacionalização do comércio e dos negócios dos EUA (Westwood, 2006; Westwood e Jack, 2008) e a consequente necessidade de conhecimento sobre como melhor operar no exterior (Westwood, 2006); b) as relações hostis entre EUA e União Soviética e as preocupações americanas sobre o alastramento das influências comunistas no resto do mundo (Westwood, 2006; Westwood e Jack, 2008); e c) os processos de descolonização que trouxeram independência formal para um grande número de estados na África e na Ásia.

Além disso, teve importância neste processo um corpo de pesquisa cooperativo chamado I-USLPED – *Inter-University Study of Labor Problems in Economic Development* – que realizou estudos sistemáticos sobre as relações industriais e sistemas de trabalho internacionalmente e sua relação com modos de industrialização e desenvolvimento. O suporte financeiro para a criação e desenvolvimento dos estudos da I-USLPED foi dado pela Fundação Ford (Westwood e Jack, 2008), cujos esforços culminaram na elaboração de dois textos seminais do campo de IBMS: *Management in the industrial world: an international analysis*, de autoria de Harbison e Myers, publicado em 1959 e *Industrialism and industrial man: the problems of labor and management in economic growth*, de Kerr e Dunlop, além de Harbison e Myers, publicado em 1960. Vale frisar que a Fundação Ford teve ligações bastante próximas com o Departamento de Estado dos EUA e com a CIA, tendo sido um importante agente do Estado Norte-Americano durante a Guerra Fria (Parmar, 2006). Um exemplo da atuação da Fundação Ford na consecução da política externa americana, imbuída na lógica da Guerra Fria, é a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, em 1954, analisada por Alcadipani e Bertero (2012).

Os primeiros periódicos da área foram: *Thunderbird International Business Review*, (antes disso chamado *The International Executive* e lançado em 1959), *Management International Review*, de 1961 e *Journal of World Business* (antigo *Columbia Journal of World Business*), de 1966 (Roberts e Dorrenbacher, 2012). Uma leitura cuidadosa dos textos seminais da área revela práticas que dividem o mundo em moderno, desenvolvido e industrializado, de um lado, e pré-moderno, subdesenvolvido e pré-industrial, de outro (Westwood, 2006). Esta divisão serve para naturalizar alguns países como melhores do que outros e também apresentar Europa e EUA como as referências para o resto do mundo. Assim, é possível argumentar que o IBMS esteve a serviço dos impulsos imperialistas do capitalismo contemporâneo do mesmo modo que o orientalismo (Said, 2007) esteve a serviço do colonialismo. Para Said (2007, p. 29) “o orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre Oriente e (na maior parte do tempo) o Ocidente” cujo objetivo era dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. Este, por sua vez, era subestimado e descrito como sub-humanizado, antidemocrático, atrasado e bárbaro. Em suma, “o Oriente é um tipo específico de conhecimento sobre lugares, povos e civilizações específicos” (Said, 2007, p. 277) que os apresenta como inferior.

Para Westwood e Jack (2008), o IBMS como “conhecimento científico” foi colocado a serviço dos interesses nacionais dos EUA. A ciência foi uma parte importante do exercício do imperialismo em diversos projetos coloniais, sendo que por “ciência” entendemos o sistema de conhecimento ocidental que emergiu durante o Iluminismo na Europa. Estudos pós-colonialistas sugerem que as estratégias representacionais do Ocidente estão engajadas em práticas reducionistas em que a diversidade e a diferença do outro é reduzida a uma limitada tipologia ou grupo de características essenciais. Ao outro nunca é permitido construir a si mesmo em termos de seus próprios códigos e categorias. Em outras palavras, as raças subjugadas não possuem a capacidade de saber o que é bom para elas (Said, 2007). No caso do orientalismo, o argumento era claro: havia ocidentais e havia orientais. Os primeiros dominavam, os outros deveriam ser dominados, ou seja, ter suas terras ocupadas, seus assuntos controlados e colocar seu sangue e seu tesouro colonial à disposição de uma potência ocidental.

De uma forma geral, é possível argumentar que o discurso formal do IBMS é um resultado histórico das políticas americanas doméstica e estrangeira e parte da grande narrativa da Guerra Fria (Westwood e Jack, 2008). Preocupações com desenvolvimento e industrialização, comuns nos anos 1950 e 1960, foram centrais para a emergência do IBMS e apresentam similaridades com o colonialismo e seus pressupostos (Westwood, 2006). O IBMS pode ser visto como um discurso e uma prática desenvolvidos no centro metropolitano,

particularmente nos EUA, e tem como objetivo gerar “conhecimento” sobre outras sociedades, negócios, organizações e sistemas de administração, de modo a fazer melhores transações e controlar a periferia. É um discurso especificamente localizado historicamente, geográfica, cultural, política e ideologicamente, porém representa a si mesmo como universal (Westwood, 2006). Ideias e explicações que são de fora desta localização privilegiada são refratadas, diminuídas, reprimidas ou silenciadas. Vale lembrar que após os ataques de 11 de Setembro, a globalização da ciência de uma perspectiva do multiculturalismo tem se tornado um assunto importante para a política estrangeira americana (Faria e Guedes, 2010). A importância privilegiada das grandes corporações no contexto internacional contemporâneo e o extraordinário alcance do *management* criaram condições políticas à mobilização deste como recurso chave para a imposição de políticas e visões de mundo de um ponto de vista assimétrico.

O campo do IBMS ganhou importância na medida em que se tornou necessário para acelerar a expansão para além das fronteiras do império (leia-se mundo anglo-americano) (Ibarra-Colado, Faria e Guedes, 2010). Esta expansão promoveu as condições necessárias para domesticar as práticas e culturas locais e introduzir e transferir teorias e conhecimento “globais”. Somado a isso, este processo levaria o mundo mais rapidamente ao estágio de homogeneidade global em que a administração global (ou doméstica) prevaleceria mundo afora. Deste modo, o velho sonho Taylorista do “*only one best way*” seria finalmente realizado. Uma decorrência direta desta versão das origens do IBMS é a constituição de um campo não reflexivo, conforme discutiremos a seguir.

2.2) IBMS Não Reflexivo

A produção acadêmica em IBMS, uma área que se diz internacional, parece ser bastante localizada nos países centrais. Wong-Mingji and Mir (1997) analisaram os artigos de 16 periódicos da área com base no país de filiação institucional dos autores, nas nações representadas em tais estudos e nos países em que estes periódicos foram publicados. Não surpreende que todas as publicações foram publicados em nações de primeiro mundo ao mesmo tempo em que países de terceiro mundo foram majoritariamente subrepresentados, com 37,41% dos artigos originados nos EUA e 15,68 % com origem tanto do Canadá quanto do Reino Unido. O maior percentual de uma nação de terceiro mundo foi 2,25%, referente à Índia. Além disso, 98 países não possuíam representação entre os autores, e 89 países não eram representados como objeto de análise. A maior representação como objeto foi de 1,73% de artigos relacionados à Índia, 1,51% acerca do terceiro mundo e 0,36% sobre Nigéria, Brasil, China e Rússia. “Conhecimento global” em administração e organizações é desenvolvido e distribuído por grandes universidades americanas e europeias e poderosas editoras na forma de livros, revistas e recursos eletrônicos (Ibarra-Colado, 2006).

Para Boddewyn, Toyne e Martínez (2004), a área de IBMS está centrada em analisar organizações associadas a negócios internacionais, principalmente corporações multinacionais, e tem sido tradicionalmente associada com visões norte-americanas sobre o assunto. Em outras palavras, com exceção de trabalhos como o de Ruiz (2012) que estudou a internacionalização de ONGs, o campo tem analisado, prioritariamente, empresas privadas, a partir de uma visão norte-americana sobre o que é administração (ver Boddewyn, Toyne e Martínez, 2004).

Apesar dos apelos por diversidade, as corporações multinacionais permanecem como as principais beneficiárias do IBMS (Faria e Guedes, 2010). Além disso, acadêmicos e instituições acadêmicas americanas atuam como líderes da área. A literatura em IBMS continua negligenciando as influências de organizações e atores políticos como governos nacionais e subnacionais, organizações internacionais e militares, de países desenvolvidos

sobre países em desenvolvimento, bem como governos locais e sociedade civil, que tipicamente exercem um papel de resistência na América Latina contra imposições norte-americanas. Somado a isso, os periódicos de IB têm focado em entender como os Negócios Internacionais acontecem, e, em particular, em como as empresas se internacionalizam ou deveriam fazê-lo e em como gestores de corporações multinacionais agem ou deveriam agir (Cairns e Roberts, 2011). Há, portanto, uma oportunidade de abrir espaço para o debate acadêmico sobre os impactos econômicos, socioculturais e políticos da internacionalização dos negócios.

Por conta disso, os anos 1980 e 1990 assistiram ao crescimento do número de críticas sobre a inabilidade da academia em IBMS em capturar experiências de vida, sistemas complexos de significado e condições políticas e éticas em meios organizacionais (Jack et al., 2008). Paradigmaticamente, o IBMS tem sido dominado pelo funcionalismo estrutural, que implica separação entre sujeito e objeto, uma visão de mundo realista e a crença em uma neutralidade objetiva e em uma teoria da verdade (Westwood, 2006). Além disso, tem adotado métodos não reflexivos, positivistas e quase majoritariamente quantitativos. Para Jack et al. (2008) é surpreendente que a área, com seu suposto alcance global, tenha sido talvez a mais resistente em adotar uma reflexividade crítica metateórica sobre o conhecimento que vem produzindo nos últimos 50 anos.

Assim, a gestão internacional, seja ela gestão comparativa ou transcultural, perspectiva institucional ou interseção de todas estas com o grande campo de IBMS e seu foco na corporação multinacional, tem permanecido, em sua maior parte, firmemente enraizada no positivismo funcionalista tradicional (Burrell e Morgan, 1979), com pouca reflexividade sobre as consequências desta escolha epistemológica. O contínuo domínio do pensamento positivista e funcionalista no campo é talvez o problema mais fundamental e não reconhecido pela área (Jack et al., 2008). Ou seja, a reflexividade presente no trabalho de Adler, Campbell e Laurent (1989) que consideram ignorância e mal entendidos como possíveis resultados de sua pesquisa, parece ter sido perdida pela gestão internacional contemporânea (Jack et al., 2008).

Em termos epistemológicos, a área tem sido extremamente resistente à adoção de abordagens críticas e/ou reflexivas na construção de conhecimento, já que adotou a perspectiva tradicional funcionalista-positivista ao analisar MNCs ao redor do mundo. Esta literatura aparenta estar preocupada com a representação de um conhecer autoritário, produzido por autores localizados em instituições, países e economias de interesse, geralmente, ocidentais. O resto do mundo desaparece por causa do “peso do conhecimento ocidental”, o que significa representar sujeitos “locais” por meio de premissas não examinadas.

Embora no Brasil consideramos que estamos geograficamente no Ocidente, na Europa e nos EUA, Ocidente refere-se ao Norte, desenvolvido e rico, por mais irônico e absurdo que isso possa parecer. O problema se torna mais sério quando acadêmicos de países periféricos aceitam os modelos dos países centrais de forma não problemática, configurando uma colonização epistêmica (Ibarra-Colado, 2006). Exemplo disso é que somente em 2005 foi criado um periódico acadêmico dedicado a explorar perspectivas críticas em IB, focando em questões que vinham sendo negligenciadas pelas revistas *mainstream* (Roberts e Dorrenbacher, 2012). O lançamento do periódico foi largamente influenciado pela emergência do *Critical Management Studies* (CMS) (Alvesson e Wilmott, 1992).

Além da propagação da globalização que privilegia o Ocidente como o centro do mundo, observamos duas grandes transformações que justificam a necessidade de fomentar uma visão crítica de IBMS de uma perspectiva da América Latina (Ibarra-Colado, Faria e Guedes, 2010). Em primeiro lugar, os anos 1990 foram marcados pela crescente importância de mercados globais, estratégias globais, administração global, academia global e corporações

globais para acadêmicos, em especial nos EUA. Em segundo lugar, observamos a emergência de uma abordagem crítica no campo da administração na mesma década, em especial o CMS no Reino Unido, que possui uma vertente pós-colonial, com a dimensão internacional da administração em linhas gerais e com IBMS em particular. Estes fatores evidenciam a importância de fomentar e criticar a “perspectiva global” na literatura dominante de IBMS, assim como a emergência de um argumento crítico sobre a dominação euro-americana dentro do campo e a expansão mundial da racionalidade neoliberal. Há, ainda, desdobramentos destas críticas no Brasil onde os *Critical Management Studies* podem se articular com a crítica organizacional brasileira para uma solidariedade internacional de questionamento do etnocentrismo e da visão não reflexiva dos estudos em organizações e administração (Alcadipani, 2013). Passaremos, então, a discutir as possibilidades da vertente crítica para o IBMS.

3) Estudos Críticos em IBMS e a De-colonização do Campo

Com o intuito de discutir as possibilidades de utilizar uma abordagem crítica em IBMS discorreremos, primeiramente, a respeito de estudos neste campo que seguem uma perspectiva crítica para, na sequência, traçar algumas ideias no sentido de pensar em como de-colonizar o campo de IBMS.

3.1) Estudos Críticos em IBMS

Embora não sejam dominantes, existem exemplos de estudos que oferecem uma vertente crítica para o IBMS. Por exemplo, Leonardi (2008) combina a perspectiva crítica com a da construção social no que se refere à gestão internacional de tecnologia. O autor defende que apesar da relação entre novas tecnologias e MNCs ser fundamentalmente indeterminada, o discurso sobre como uma nova tecnologia deve transformar a organização social do trabalho por meio das fronteiras nacionais pode produzir relações determinadas que aparentam ser “causadas” pela própria tecnologia. Este movimento privilegia as práticas daqueles capazes de produzir o discurso (tipicamente gestores ocidentais) e marginaliza aqueles atores das unidades locais da MNC (tipicamente empregados com menos poder e não ocidentais) ao estruturar sua experiência discursivamente com a nova tecnologia. Para o autor, a gestão internacional de tecnologia pode ser vista como uma luta para estabelecer o discurso que ordenará e naturalizará o mundo de um determinado modo ou, em outras palavras, como uma luta entre as interações físicas e contextualizadas dos usuários com artefatos particulares e as articulações discursivas e descontextualizadas dos gestores nas várias unidades da MNC. A mudança tecnológica é, assim, largamente descontextualizada do processo pelo qual foi construída e parece ser “natural” e “inevitável” e os gestores frequentemente fazem uso de um discurso que reforça um jeito “correto” de perceber e se relacionar com o mundo.

Outra crítica diz respeito ao estudo da cultura que, para os adeptos do funcionalismo psicológico e sociológico, é tanto identificável quanto persistente ao longo do tempo (Jack et al., 2008). O trabalho de Hofstede é típico e exemplar. Mas e se a cultura for difusa, heterogênea, mutável, negociada e infusa em contestações e relações de poder? Nesse caso, procurar por regularidades generalizáveis sob definições padronizadas torna-se uma quimera e uma perda de tempo (Jack et al., 2008). Alcadipani e Crubellate (2007) mostraram como a produção acadêmica a respeito de cultura organizacional no Brasil, ao adotar o modelo de Hofstede, acabou por representar o Brasil de forma pitoresca, simplista e simplificada.

Griffin e O’Toole (2010) analisam o significado e a natureza da metáfora da estrutura no que diz respeito às MNCs, no discurso de Negócios Internacionais, e sugerem que a diferença entre antigas formas de MNC e as diversas novas formas decorrem das definições

contrastantes de estrutura utilizadas por Giddens. Os autores procuram melhorar a forma com que a metáfora da estrutura é utilizada no discurso de IB e demonstram o valor da crítica ao discurso *mainstream*.

Já Jackson (2012) questiona a adequação das teorias críticas emergentes em administração para desafiar os projetos de modernização do Ocidente, em especial à luz da nova dinâmica geopolítica que inclui, por exemplo, a presença da China no continente africano. Será que são necessárias novas lentes teóricas para entender a atuação desta nova potência econômica na África, em termos de organizações e comunidades? Dado que há poucos dados empíricos sobre o assunto, o autor propõe uma agenda de pesquisa que considera a relação anticolonial que a China possuía com países africanos no passado. As questões propostas poderiam ser estendidas para a análise da atuação das multinacionais brasileiras no continente africano.

Banerjee (2008a) analisou os discursos contemporâneos de responsabilidade social, sustentabilidade e cidadania corporativa e concluiu que a responsabilidade social corporativa tornou-se um movimento ideológico criado para consolidar o poder das grandes corporações. Isso aconteceu porque as empresas não costumam tomar decisões socialmente responsáveis a menos que estas atendam a critérios de lucratividade. Indo além, a responsabilidade social corporativa acaba se tornando um produto ou estratégia desenhada para sustentar uma vantagem competitiva. Neste sentido, relatórios de responsabilidade social são, muitas vezes, formas de *greenwashing* que não revelam a realidade cruel por trás deles. Aqui é interessante relembrar que a Enron, empresa americana responsável por um dos maiores escândalos contábeis jamais vistos, esteve por seis anos entre as “empresas mais inovadoras da América do Norte” da Revista Fortune, por três anos entre as “100 melhores empresas para se trabalhar na América” e entre as empresas mais admiradas no mundo, segundo a mesma publicação. Mesmo as teorias de responsabilidade social, apesar de seu intento emancipatório, são abertamente gerencialistas e não contribuem para o entendimento das consequências das decisões gerenciais. Como podemos fazer com que a responsabilidade social trabalhe para a sociedade e não somente para as corporações transnacionais? Esta é uma das importantes questões levantadas pelo autor e que poderiam ser aprofundadas pela academia em IBMS.

Por conta disso, Banerjee (2008a) aponta para a necessidade de uma revisão radical do conceito de responsabilidade social por meio de uma abordagem crítica. Precisamos abrir novos espaços e prover novos *frameworks* para o diálogo organização-*stakeholders*, assim como examinar criticamente as dinâmicas das relações entre corporações, ONGs, governos, comunidades e agências financiadoras. O impacto das multinacionais no terceiro mundo é muito poderoso, na medida em que estas se veem como “portadoras de valores democráticos” e frequentemente assumem, em algumas regiões, papéis dos governos, como o caso da Shell na Nigéria, que gera 75% das receitas do governo e 35% do produto nacional bruto (Banerjee, 2008a). Em várias regiões remotas da África e Ásia-Pacífico, mineradoras e petroleiras possuem e operam estradas, serviços de fornecimento de água, hospitais, escolas, assim como mantêm forças armadas privadas que proveem “segurança” à região (Banerjee, 2008b).

Faria e Robin (2011) questionam o fato de a autoridade do gestor das MNCs depender, em parte, da deslegitimidade de outros tipos de estratégia, como a do governo. Os autores também criticam o pressuposto assumido pela área de Estratégica de que a relação entre o mercado e o estado é não problemática e de que o papel deste último deveria ficar restrito ao contexto da regulação. Faria e Robin (2011) sugerem que no Brasil, o campo de Estratégica deveria ser reorientado para auxiliar a restaurar a legitimidade e autoridade das estratégias dos governos, assim como desafiar o privilégio das estratégias das grandes corporações.

Outro ponto a ser destacado é que algumas práticas capitalistas contemporâneas contribuem para a desapropriação e a subjugação da vida ao poder da morte em uma variedade de contextos, a exemplo da gestão da violência global por meio de forças militares

privatizadas e conflitos por recursos entre corporações multinacionais e comunidades indígenas (Banerjee, 2008b). O autor desenvolve o conceito de necrocapitalismo, que refere-se a formas contemporâneas de acumulação organizacional, que envolve desapropriação e a subjugação da vida ao poder da morte. Rodrigues (2013) mostra como duas empresas multinacionais europeias agiram de forma danosa no Brasil, em uma lógica de colonização da periferia. Misoczky (2010) discute como empresas e agências internacionais se articulam na produção de desertos verdes em países da periferia, o que nos leva a considerar que a corporação é um ator poderoso e em conjunto com nações, corpos supranacionais e agências internacionais, contribui com a privatização necrocapitalista da soberania (Banerjee, 2008b). Para Banerjee (2008b), a transformação do colonialismo europeu em um novo “imperialismo sem colônias” também requer poder coercitivo e força bruta frequentemente em conluio com elites políticas pós-coloniais. Práticas necrocapitalistas negam às pessoas acesso a recursos essenciais à vida e saúde, destroem meios de sobrevivência e desapropriam comunidades.

A questão que se coloca, então, é como pensar estudos em Negócios Internacionais que possam propor uma de-colonização do campo.

3.2) (De)Colonizando o IBMS

Diferentes estudos indicam que diversas formas de produção de cultura e conhecimento europeia e anglo-saxã constituíram as outras civilizações como objetos de análise que não possuem história e características próprias, construindo, assim, o outro subdesenvolvido do Ocidente desenvolvido (Latour, 1988). O orientalismo (Said, 2007) apresentado anteriormente é um claro exemplo, uma vez que se constitui como um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial que este ocupa na experiência ocidental europeia. O Oriente é o lugar das mais antigas, mais ricas e maiores colônias europeias e ajudou a definir a Europa ou o Ocidente com sua imagem, ideia, personalidade e experiência contrastantes. O principal componente da cultura europeia é a ideia de uma identidade europeia superior a todos os outros povos e culturas não europeus.

Para Prasad (2003), os estudos antropológicos surgiram dentro desta lógica, já que seus primeiros trabalhos eram realizados por europeus que objetivavam desvendar as particularidades de sociedades não europeias, que eram consideradas “primitivas”. Os etnógrafos sutilmente comparavam as sociedades analisadas com as suas próprias, tratando os povos do novo mundo e da África como inferiores, bestiais e menos desenvolvidos. Os relatos antropológicos foram fundamentais para os gestores metropolitanos caracterizarem os nativos e assim poder dominá-los de forma mais efetiva (Prasad, 2003). Outro exemplo é a literatura europeia. Mignolo (2008) discute o lado obscuro do Renascimento e destaca o papel exercido pela linguagem na colonização do novo mundo. Especificamente, ele afirma que a literatura renascentista foi importante na colonização das Américas ao auxiliar na construção de uma imagem que denegria este lugar nas metrópoles do velho mundo. O que discutimos acima com relação ao conhecimento em IBMS não é um fenômeno novo, tampouco original. A questão se agrava quando o “primitivo” passa a aceitar a descrição colonial como verdadeira e a se considerar inferior (Mignolo, 2005). A colonização deixa marcas e o fundamental é pensar em como de-colonizar as mentes dos que foram colonizados.

O colonialismo é um fenômeno que merece estudo aprofundado porque continua acontecendo, de uma variedade de formas, como pós ou neo-colonialismo (Banerjee e Prasad, 2008). As relações de poder entre colonizador e colonizado ou entre Norte e Sul continuam acontecendo sob o rótulo de “desenvolvimento”, “progresso” e “modernidade”, assim como a transferência de recursos do Sul para o Norte ainda está em curso por meio do uso das máquinas econômica e militar. Coloneidade é uma noção utilizada para designar a predominância do poder e um modo de existir e gerar conhecimento que persiste após a

extinção da colonização e que impõe a racionalidade da modernização a partir de uma perspectiva puramente fundamentada nas nações do Norte (Mignolo, 2011). Diante disso, a teoria pós-colonial visa criticar e analisar as dinâmicas complexas e multifacetadas do colonialismo ocidental moderno e desenvolver um conhecimento aprofundado da significância do encontro colonial para a vida das pessoas tanto no ocidente quanto fora dele (Prasad, 2003).

Neste sentido, a de-colonização refere-se à tentativa de fazer com que os conhecimentos e as realidades das periferias sejam “descobertas”, pois elas tendem a ser subjugadas pelo conhecimento dos ex-colonizadores (Mignolo, 2000; 2008). Esta proposta já encontra ressonância dentro da área de estudos das organizações e da administração (ex. Wanderley e Faria, 2012). Disciplinas como IBMS ignoram conhecimentos produzidos em países não centrais e fora da lógica dominante porque o mundo estava em uma relativa estabilidade e aparentemente ajustado aos parâmetros ditados por seus conceitos e teorias (Ibarra-Colado, 2010). Nos países periféricos, o conhecimento é produzido segundo o referencial do Norte. Porém, com o mundo Ocidental em crise, o campo está vendo suas antigas explicações caírem por terra. Deste modo, as vozes provenientes das margens quebraram o silêncio em que estavam há tanto tempo (ver Alcadipani et al., 2012). Além disso, o campo de IBMS é importante demais no contexto da globalização para ser endereçado de um ponto de vista que negligencia as dimensões política, econômica e ideológica do conhecimento em administração ou em gestão internacional (Faria e Guedes, 2010).

A proposta de de-colonização está inserida na crítica pós-colonial Latino-Americana (Wanderley e Faria, 2012). De um modo geral, a perspectiva pós-colonial em estudos da administração e das organizações tem focado na importância da experiência colonial como fator que afeta fortemente o tipo de conhecimento que pode ser transferido e utilizado em todo e qualquer lugar do mundo (Frenkel, 2008). Ao destacar a dominação do primeiro mundo no desenho do conhecimento e das práticas de administração, tais críticas apontaram para as formas pelas quais, com exceção da administração japonesa, o conhecimento desenvolvido fora do Ocidente tem sido deslegitimizado e excluído do corpo de conhecimento canônico e transferível, reproduzindo a autoimagem da disciplina como um corpo de conhecimento ocidental e negando a habilidade do outro de ser conhecível e de falar por si próprio (Calas e Smircich, 1999; Frenkel e Shenhav, 2006). Ao representar o conhecimento do primeiro mundo como o único que vale a pena ser transferido, e ao representar sua adoção pelos países periféricos como um passo em direção a uma melhor gestão, o IBMS impõe, novamente, a hierarquia que justifica a dominação econômica e política do “terceiro mundo” pelo “primeiro mundo” (Frenkel, 2008). Talvez, não seja à toa que em um momento de crise do Ocidente o campo de IBMS esteja tão em voga, tanto no Brasil quando no exterior.

Alcadipani et al. (2012), ao apresentarem a edição especial da *Organization sobre management and organizational knowledge* (MOK) discutem como este é construído e praticado no Sul e defendem que há vida abaixo da academia do Norte, tanto em termos de conceitos teóricos de administração quanto de práticas organizacionais. Estes autores propõem que há muito a ser estudado sobre o MOK no Sul, seja porque alguns dos poucos trabalhos descrevendo realidades locais seguem uma perspectiva ocidental que pode limitar a apreensão da realidade sulista ou simplesmente porque alguns aspectos interessantes das práticas organizacionais da região são ainda ignoradas.

A crítica do IBMS oferecida pelo pós-colonialismo está apenas começando a ser explorada e pode ser aplicada de forma mais geral no campo (Westwood, 2006). Tal crítica implicaria a reconfiguração de todos os comprometimentos de pesquisa em IBMS – ontológicos, epistemológicos, metodológicos, éticos e políticos. É uma crítica que inclui um questionamento radical de grandes teorias e narrativas, em particular o funcionalismo dominante e seus pressupostos de universalismo, assim como adota uma epistemologia que

aceita o específico, local, histórico, cultural e ideológico de qualquer prática de conhecimento ou teorização. O status privilegiado, as declarações superiores das pesquisas Ocidentais e as práticas de conceituação são desafiadas e, ao mesmo tempo, a legitimidade e o valor das descrições locais sobre seus negócios e práticas de administração são reconhecidas. A crítica clama por uma prática de pesquisa profundamente reflexiva sobre o local do pesquisador, o local do pesquisado e a relação entre eles.

Ao abraçar uma posição pós-colonial, não podemos simplificar e homogeneizar as tendências imperialistas do capital internacional e dos negócios (Westwood, 2006). As interpenetrações, negociações, resistências, indiginizações, hibridizações e os “terceiros espaços” de Bhabha, são todos processos que precisam ser endereçados e para os quais o pós-colonialismo prove ferramentas analíticas. A metáfora do terceiro espaço (Bhabha, 1990) vê o encontro colonial como um espaço de contradição, repetição, ambiguidade e o repúdio à autoridade colonial, em suma, é um espaço que não permite polaridades essencialistas. Estudos que adotam esta perspectiva do terceiro espaço deveriam olhar para o processo decisório na sede da multinacional e comparar decisões relativas à transferência de um método específico para diferentes unidades internacionais no centro do sistema mundial, de um lado, e na periferia, de outro (Frenkel, 2008). Entender a MNC como um terceiro espaço e ver todos os seus atores com a habilidade de aprender e entender os diferentes e criar conhecimento válido sobre o mundo ao redor de uma forma que não é limitada por sua condição nacional, étnica ou racial pode ajudar a libertar as MNCs dos pressupostos que a impedem de utilizar completamente seus recursos disponíveis (Frenkel, 2008). Portanto, vale a pena refletir sobre o potencial de as MNCs adotarem uma perspectiva Bhabhaiana para reduzir a desigualdade na ordem mundial.

Os estudos pós-coloniais chamam a atenção para as declarações epistemológicas ocidentais sobre o “resto do mundo” (Ozkazanc-Pan, 2008). Considerar a administração de uma perspectiva sulista significa recuperar o princípio de que o mundo é diferente epistemologicamente e que esta diversidade pode enriquecer a capacidade humana de gerenciar e organizar a vida social (Alcadipani e Rosa, 2011). Também significa denunciar a colonialidade e considerar outros tipos de conhecimento que resistiram ao encontro colonial e que hoje são privados de um diálogo com o conhecimento do Norte.

Há a necessidade de ir além da administração vista pelo ponto de vista do centro que leva em conta a pluralidade de diferentes regiões e histórias é respeitada (Alcadipani e Rosa, 2011). Deste modo, o Sul não é um mero recipiente da administração do Norte, mas sim um produtor de conhecimento administrativo que pode ser incorporado em condições e culturas locais. Ao considerar a administração praticada nas margens como uma alternativa para o pensamento sulista, este pode contribuir em direção a uma administração renovada baseada no Norte sem a necessidade de impor modelos, mas sim ajustá-los aos problemas e interesses locais (Alcadipani e Rosa, 2011). Outro ponto de reflexão diz respeito à transferência de conhecimento pelas MNEs. Partindo de uma perspectiva Bhabhaiana, a própria definição de “conhecimento transferível” está imbuída nas relações entre primeiro e terceiro mundo e que a transferência de conhecimento exerce um papel na reprodução de relações de poder geopolíticas (Frenkel, 2008). Aparentemente, o discurso de transferência de conhecimento de IBMS parece utilizar uma abordagem universalista que não discrimina entre corpos de conhecimento central e periférico. Na realidade, os trabalhos sobre transferência de conhecimento muito raramente focam na transferência de práticas que emergiram no mundo em desenvolvimento.

Aplicar uma perspectiva crítica às questões de gestão internacional de tecnologia, por exemplo, evidencia que usos imprevistos de novas tecnologias geralmente considerados como “problemas” pelos gestores podem se revelar como oportunidades para que a gestão

internacional seja mais respeitosa com culturas locais e com o aprendizado de práticas originárias de outras culturas (Leonardi, 2008).

Para Ibarra-Colado (2006), precisamos ter em conta que devido à coloneidade epistêmica há uma produção muito limitada de ideias originais na América Latina, há poucas contribuições teóricas significativas ou análises históricas que examinam problemas organizacionais específicos na região. Precisamos, ainda, ter em mente que, paradoxalmente, o exemplo de ações internacionais de empresas como Embraer, JBS, Vale, Petrobras e Ambev, somente para citar algumas, mostram que na prática organizações brasileiras estão galgando uma posição de centralidade no mundo ao mesmo tempo em que o conhecimento sobre gestão internacional ainda segue um padrão colonizado. Precisamos pensar que é fundamental de-colonizar o pensamento da área para podermos realizar análises que sejam adequadas aos desafios de internacionalização da economia brasileira. Ainda dentro da lógica da nova posição do Brasil no mundo, precisamos lembrar que a América Latina e as periferias não são todas iguais. Se o Brasil, por um lado, é periférico em relação aos EUA, o que nos faz comemorar quando uma empresa de capital parcialmente brasileiro compra uma marca como a Budwiser, por outro, é bem menos periférico em relação a países como Bolívia, Paraguai e Angola, por exemplo. Com isso, é fundamental pensar que as ações nefastas de empresas estrangeiras em nosso país como as evidenciadas por Roridgues (2013) podem ser praticadas por empresas nacionais não apenas fora do Brasil como também nacionalmente.

Algumas das questões que precisam ser endereçadas pelos acadêmicos de Negócios Internacionais, de acordo com Cairns e Roberts (2011), são: quais serão as forças futuras de novas economias como Índia, Brasil e China? O que quer que se tornem estes países, estaremos destinados a ver a contínua marginalização de comunidades africanas e a exploração de recursos daquele que deveria ser o continente mais rico deste planeta? O povo da África continuará a morrer de fome enquanto países como Índia e do Oriente Médio “compram” a terra para produção de alimentos? Quais serão as formas de Negócios Internacionais que dominarão em relação à escassez de água, impactos das mudanças climáticas, morte de rios e oceanos e perda de florestas? Serão negócios que respeitarão questões sociais e ambientais? Ou serão negócios de dominação, agressão e guerra? Continuaremos a querer gerir o “terceiro mundo” (Cooke, 2013) e a criar novos “terceiros mundos”?

A questão, então, passa a ser como práticas de gestão internacional produzem e re-produzem regiões, locais e grupos de indivíduos como subalternos em relação a outros dominantes. Dentro desta lógica, a abordagem crítica na área de negócios internacionais pode nos ajudar a pensar em relações de poder, explorações, opressões e tantas outras práticas associadas ao lado obscuro das organizações para podermos pensar em como não reproduzir conhecimento e práticas organizacionais excludentes, como tem sido a prática da gestão internacional ocidental.

A intenção é que o conhecimento produzido por Negócios Internacionais seja relevante não somente para as MNCs, mas também para governos e gestores locais, administradores públicos e políticos em regiões e países em desenvolvimento (Faria e Guedes, 2010). Uma posição crítica em Negócios Internacionais deve ir além da colonialidade epistêmica que compele o campo dominante da administração – que até certo ponto inclui os próprios estudos críticos – de modo a indicar não apenas os problemas de abordagens universalistas, mas também para entender e explicar a dimensão geopolítica dos EUA e outros poderes econômicos e políticos (como a União Europeia) (Ibarra-Colado, Faria e Guedes, 2010). Este é um convite para considerar o mundo e outras regiões a partir de suas bordas, de outras posições geopolíticas que veem os problemas e as relações mundiais da perspectiva de outros. É um convite para pensar o conhecimento em Negócios Internacionais a partir de uma visão mais ampla do que a que domina o campo hoje.

5) Considerações finais

Com este trabalho, buscamos defender a abordagem crítica como forma de realizar pesquisas acadêmicas em IBMS. É importante deixar claro que não consideramos a abordagem crítica como o único nem melhor remédio para lidar com a pouca reflexividade do campo de IBMS. Estes são alguns dos caminhos que defendemos como possíveis para tal.

Nossa proposta é a de de-colonizar o IBMS e, deste modo, valorizar e fazer uso dos conhecimentos produzidos localmente, e não somente re-produzir teorias segundo referenciais do Norte. Sugerimos não só o resgate do pensamento crítico em organizações e administração, tradicional no Brasil, como também sua articulação com a área de *Critical Management Studies*, em especial no que tange aos Negócios Internacionais. Ao problematizar tanto as práticas de algumas MNCs como também do estudo sobre elas, apelamos por trabalhos mais reflexivos e críticos, em que tanto as corporações multinacionais quanto suas práticas sejam desnaturalizadas - ou seja, vistas como potencialmente diferentes do que são. Abrimos aqui uma oportunidade para ampliar o debate em Negócios Internacionais, para que não sejam pesquisadas somente quais devem ser os comportamentos das multinacionais e de seus gestores, mas para que as pesquisas incluam os impactos de tais estratégias para as comunidades locais em termos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Além disso, temos assistido, atualmente, não só ao declínio econômico, político e cultural de países da União Europeia e dos Estados Unidos, como também à emergência de nações como Brasil, China, Índia, Rússia e México no cenário político-econômico. Faz sentido aproveitar este momento de crise como uma oportunidade para reconhecer a importância de novos atores, modelos e realidades, até porque as antigas teorias já não dão mais conta dos problemas atuais. Diante deste contexto, como ficam as relações Sul-Sul? Quais são as práticas organizacionais de empresas multinacionais brasileiras na África, dado que ambos foram colonizados pelo Norte? Os brasileiros têm aprendido com os africanos locais ou têm imposto suas práticas? Até que ponto as duas partes têm aprendido uma com a outra?

É preciso que nos comprometamos a reconfigurar os pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos, éticos e políticos de nossas pesquisas em IBMS, para que estejamos mais abertos para aceitar e estudar o local, o específico, o único. O papel do pesquisador é de extrema importância neste momento e deve buscar sempre a reflexividade e respeito na relação com o pesquisado. Uma perspectiva crítica na área de negócios internacionais pode nos ajudar a refletir sobre relações de poder, explorações, opressões e outras práticas nefastas das organizações para podermos pensar em como não reproduzir conhecimento e práticas organizacionais excludentes, como tem sido a prática da gestão internacional ocidental.

É interessante notar que até o momento mesmo os pesquisadores brasileiros estão debatendo estas questões críticas a respeito do IBMS fora do Brasil e em língua inglesa, o que sugere a urgência deste debate acontecer dentro do nosso país e em nosso idioma. Isso, evidentemente, caso a área de Negócios Internacionais esteja aberta a realizar este diálogo e debate e não ficar fechada em suas ortodoxias anglo-saxãs.

Referências

Adler, N. J., Campbell, N., Laurent, A. (1989). In search of appropriate methodology: From outside the People's Republic of China looking in. *Journal of International Business Studies*, v. 20, p. 61–74.

- Alcadipani, R. (2013). Pesquisador “crítico” na prática: abrindo a caixa-preta. Florianópolis: *Anais do Colóquio Internacional de Epistemologia em Administração*.
- Alcadipani, R.; Bertero, C. O. (2012). Guerra Fria e o ensino do *management* no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *RAE*, v. 52, n. 3, p. 284-299.
- Alcadipani, R.; Crubellate, J. M. (2007). The notion of Brazilian organizational culture: Questionable generalizations and vague concepts. *Critical Perspectives on International Business*, v. 3, p. 150-169.
- Alcadipani, R.; Hassard, J. (2010). Actor-Network Theory, organizations and critique: towards a politics of organizing. *Organization*, v. 17, p. 419-435.
- Alcadipani, R.; Khan, F. R.; Gantman, E.; Nkomo, S. (2012). Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, v. 19, n. 2, p. 131-143.
- Alcadipani, R.; Rosa, A. R. (2011). From global management to glocal management: Latin American perspectives as a counter-dominant management epistemology. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, v. 28, p. 453-466.
- Alvesson, M.; Willmott, H. (1996). Making sense of management: a critical introduction. London: Sage.
- Banerjee, S. B. (2008a). Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, v. 34, n. 1, p. 51-79.
- Banerjee, S. B. (2008b). Necrocapitalism. *Organization Studies*, v. 29, n. 12, p. 1541-1563.
- Banerjee, S. B.; Prasad, A. (2008). Introduction to the special issue on “Critical reflection on management and organizations: a postcolonial perspective”. *Critical Perspectives on International Business*, v. 4, n. 2/3, p. 90-98.
- Bhabha, H. K. (1990). Nation and narration. London: Routledge.
- Boddewyn, J. J.; Toyne, B.; Martínez, Z. L. (2004). The meanings of “international management”. *Management International Review*, v. 44, n. 2, p. 195-212.
- Burrell, G.; Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. Hants: Ashgate Publishing Limited.
- Cairns, G.; Roberts, J. (2011). Reflections on seven years of critical perspectives on international business. *Critical Perspectives on International Business*, v. 7, n. 4, p. 289-296.
- Calas, M.; Smircich, L. (1999). Past postmodernism? Reflections and tentative directions. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 649-671.
- Cooke, B. (2013). The managing of the (third) world. *Organization*, v. 20, n. 3, p. 603-629.
- Davel, E.; Alcadipani, R. (2003). Estudos críticos em Administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *RAE*, v. 43, n. 4, p. 72-82.
- Dunning, J. H. (1988). The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. *Journal of International Business Studies*, v. 19, n.1, p. 1-31.
- Faria, A.; Guedes, A. (2010). Introdução. In: Guedes, A.; Faria, A. *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. New York: Routledge.
- Faria, A.; Robin, W. (2011). Rethinking authority and legitimacy in strategy: a perspective from an emerging economy. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, v. 28, n. 2, p. 188-201.
- Fournier, V.; Gray, C. (2000). At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies. *Human Relations*, v. 53, n. 1, p. 7-32.
- Frenkel, M. (2008). The multinational corporation as a third space: rethinking international management discourse on knowledge transfer through Homi Bhabha. *Academy of Management Review*, v. 33, n. 4, p. 924-942.
- Frenkel, M.; Shenhav, Y. (2006). From binarism back to hybridity: a postcolonial reading of management and organization studies. *Organization Studies*, v. 27, n. 6, p. 855-876.
- Griffin, R.; O’Toole, T. (2010). On the meanings of structure in the international business discourse. *Critical Perspectives on International Business*, v. 6, n. , p. 237-255.

- Guerreiro Ramos, A. (1981). *A nova ciência das organizações: uma nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 463-488.
- Ibarra-Colado, E. (2010). Neoliberal globe/centrism and international management blindness. In: Guedes, A.; Faria, a. *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. New York: Routledge.
- Ibarra-Colado, E.; Faria, A.; Guedes, A. L. (2010). Introduction to the special issue on "Critical international and international critical management: perspectives from Latin America". *Critical Perspectives on International Business*, v. 6, n. 2/3, p. 86-96.
- Jack, G. A.; Calas, M. B.; Nkomo, S. M.; Peltonen, T. (2008). Critique and international management: an uneasy relationship? *Academy of Management Review*, v. 33, n. 4, p. 870-884.
- Jackson, T. (2012). Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: interrogating South-South relations. *Organization*, v. 19, n. 2, p. 181-204.
- Johanson, J.; Vahlne, J. E. (1977). The internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. *Journal of International Business Studies*, v. 8, n. 1, p. 23-32.
- Latour, B. (1988). *The Pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University Press.
- Leonardi, P. M. (2008). Indeterminacy and the discourse of inevitability in international management. *Academy of Management Review*, v. 33, n. 4, p. 975-984.
- Mignolo, W. (2000). *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University Press.
- Mignolo, W. (2008). *The idea of Latin America*. London: Blackwell.
- Misoczky, M. (2010). Green deserts expansion in the South of Latin America: the role of international agencies and national states. In: Guedes, A.; Faria, a. *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. New York: Routledge.
- Morgan, G. (1986). *Images of Organization*. Newbury Park: Sage Publications.
- Ozkazanc-Pan, B. (2008). International management research meets "the rest of the world". *Academy of Management Review*, v. 33, n. 4, p. 964-974.
- Paes de Paula, A. P. (2008). *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning.
- Parmar, I. (2006). Challenging elite anti-Americanism and sponsoring Americanism in the Cold War: US foundations. *Henry Kissinger's Harvard International Seminar*. Traverse.
- Prasad, A. (2003). *Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement*. New York: Palgrave Macmillan.
- Prestes Motta, F. C. (1986) *Organização e poder: empresa, estado e escola*. São Paulo: Atlas.
- Roberts, J.; Dorrenbacher, C. (2012). The future of critical perspectives on international business. *Critical Perspectives on International Business*, v. 8, n. 1, p. 4-13.
- Rodrigues, C. (2013). *Inimigos públicos: crimes corporativos e necrocorporações*. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getulio Vargas.
- Rodrigues, S. B.; Carrieri, A. de P. (2001). A Tradição Anglo-Saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. *RAC*, Edição Especial, p. 81-102.
- Ruiz, F. M. (2012). *Estratégias de internacionalização de organizações não governamentais sem fins lucrativos: um estudo multi-método*. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getulio Vargas.
- Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwartz, R. (1973) *Ao vencedor as batatas: formas literárias e processo social no inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades.

- Spohr, N.; Silveira, F. F. (2012). Estratégia internacional de uma multinacional emergente brasileira: o caso JBS. *RAE*, v. 52, n. 3, p.300-312.
- Tragtenberg, M. (1980). *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes.
- Vergara, S. C. (2001). A hegemonia americana em estudos organizacionais. *RAP*, v. 35, n. 2, p. 63-77.
- Vernon, R. (1966). International investment and international trade in the product cycle. *Quarterly Journal of Economics*, v. 80, n. 2, p. 190-207.
- Wanderley, S.; Faria, A. (2012). The Chandler Furtado case: a decolonial reframing of a North South (dis)encounter. *Management & Organizational History*, v. 7, p. 219-236.
- Westwood, R. (2006). International business and management studies as an orientalist discourse: a postcolonial critique. *Critical perspectives on international business*, v. 2, n. 2, p. 91-113.
- Westwood, R.; Jack, G. (2008). The US commercial-military-political complex and the emergence of international business and management studies. *Critical Perspectives in International Business*, v. 4, n. 4, p. 367-388.
- Wong-Mingji, D.; Mir, A. H. (1997). How international is international management?: provincialism, parochialism, and the problematic of global diversity. In: Prasad, P.; Mills, A. J.; Elmes, M.; Prasad, A. *Managing the organizational melting pot: dilemmas of workplace diversity*. London: Sage Publications.